

Crescer ou Crescer

A chave da sustentabilidade da dívida pública e do sucesso da política econômica é o estímulo ao investimento privado.

Márcio G. P. Garcia¹
13 de maio de 2004

Na terça-feira passada, participei de um interessante seminário sobre a dívida pública promovido pelo Centro de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados. Lá compareceram economistas de várias vertentes e houve interessante e construtivo debate de idéias.

Um consenso entre todos os expositores é ser imprescindível retomar o crescimento da economia para se garantir a sustentabilidade (solvência) da dívida pública e o sucesso da política econômica. Trocando em miúdos: a solvência da dívida pública requer que a razão dívida/PIB não cresça indefinidamente, mas se estabilize em um patamar não muito elevado. Acredita-se que o atual patamar da razão dívida/PIB (cerca de 58%) seja próximo do máximo que as atuais condições da economia brasileira podem suportar. Assim, é necessário estabilizar e posteriormente reduzir tal percentual.

Para reduzir a razão dívida/PIB é necessário que a dívida cresça menos do que o PIB. Com o numerador crescendo menos que o denominador, a razão declinará. Um maior crescimento do PIB ajuda a reduzir a razão dívida/PIB de duas formas. Além da mais óbvia, o simples aumento do denominador (o PIB), há um efeito indireto através da redução do numerador (a dívida), ao aumentar as receitas públicas (que tendem a cair nas recessões e subir nas expansões) e reduzir os gastos com programas sociais (que tendem a se elevar nas recessões e se reduzir nas expansões). Sem crescimento do PIB, é praticamente impossível reduzir a razão dívida/PIB.

A concordância quanto ao objetivo maior de aumentar o crescimento pode parecer um tanto óbvia, mas não é pouca coisa quando vários economistas se juntam. (Uma conhecida piada diz que dois economistas têm, pelo menos, três pontos de vista distintos.) Infelizmente, a concordância quanto ao objetivo não se estendeu aos métodos de se atingir o crescimento.

Um dos expositores defendeu que a medida mais importante para garantir a solvência da dívida pública seria reduzir a taxa real de juros em prazo curto para não mais do que 5%. Ao ser indagado como fazê-lo sem trazer sérias conseqüências sobre a taxa de câmbio e a inflação, respondeu que a implementação prática da redução dos juros era mero detalhe a ser cuidado por quem estivesse à frente do Banco Central. Pareceu-me um pediatra que frente a uma criança doente dissesse aos pais que o mais importante era que o paciente recuperasse a boa saúde. E, ao ser indagado sobre o tratamento que

¹ Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio e pesquisador do CNPq escreve mensalmente neste espaço às sextas-feiras (<http://www.econ.puc-rio.br/mgarcia>).

deveria levar à cura, desse de ombros e respondesse: disto eu não cuido, são meros detalhes!

Assim como todos os debatedores concordaram com a necessidade de se retomar o crescimento, também todos concordariam com a necessidade de se reduzir a taxa real de juros. A boa saúde corresponde a um crescimento rápido, com baixa inflação e baixa taxa real de juros. O problema não é identificar aonde se quer chegar, mas sim o caminho, ou seja, qual o tratamento que levará à boa saúde. Uma criança sadia pode nadar à vontade, mas nenhum médico em sã consciência liberaria uma criança com pneumonia para brincar na piscina. Assim como o médico impõe ao paciente um conjunto de restrições indesejáveis a fim de alcançar a cura, também os executores de política econômica lançam mão de políticas impopulares (juros altos e elevados superávits primários) para alcançarem o almejado crescimento.

Infelizmente, não há opções fáceis. A retomada do crescimento exige medidas sem as quais todo o esforço realizado no front macroeconômico pode vir a se perder. É necessário eliminar a dubiedade ora percebida quanto à continuidade da política macroeconômica. Deve ser lembrado que foram as dúvidas quanto às reais intenções do governo petista que levaram o país à UTI no segundo semestre de 2002. Também são indispensáveis medidas que possibilitem cortar gastos fiscais, notadamente através da reforma do sistema geral da previdência. As reformas tributária e trabalhista são indispensáveis para estimular a produção e o emprego, bem como a formalização de empresas e dos trabalhadores. Marcos regulatórios claros são imprescindíveis para levar o investimento privado aos setores de infra-estrutura nos quais o setor público não tem condições financeiras de investir na dimensão requerida para evitar “apagões” em diversos setores (notadamente energia e logística). É preciso viabilizar o crédito imobiliário privado, o que possibilitaria resolver vários problemas de uma tacada: gerar produção e emprego sem a necessidade de muitos insumos importados, bem como aumentar a disponibilidade de moradias. As negociações comerciais ora em curso têm que visar o duplo objetivo de abrir mercados às nossas exportações e de diminuir significativamente o grau de proteção de nossa economia, promovendo o aumento da produtividade. Finalmente, é preciso conferir homogeneidade e eficiência à máquina governamental. É inadmissível que uma autoridade pública classifique pela imprensa de estupidez uma decisão de outras autoridades do mesmo governo.

As condições adversas dos mercados financeiros internacionais que infelizmente voltaram a prevalecer nos últimos meses reduzem em muito a margem do governo para postergar as difíceis decisões que deverá tomar. Como em toda crise, há um lado de dificuldade e outro de oportunidade. Assim como a crise de 2002 reforçou a decisão de Lula de alterar a política macroeconômica com a qual o PT sempre esteve identificado, oxalá as recentes dificuldades sirvam para que se implemente a outra metade do tratamento, sem a qual o paciente não será curado.